

ATA N.º26

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013

-----Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, no auditório dos Bombeiros Voluntários de Vizela, pelas vinte e uma horas e seis minutos, reuniu, extraordinariamente, a Assembleia Municipal de Vizela, sob a presidência de João António Cocharra de Almeida, com a assistência de Armando Carvalho Silva, como primeiro secretário, e de Patrícia Gomes, como segundo secretário.

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS: A) Eleitos pelo PS: Alcides Campelos (em substituição de Nuno José Barbosa Soares Vasconcelos), Monique Rodrigues, Joaquim Camilo Oliveira (em substituição de Armindo Fernando Faria), Sandra Carvalho Silva (em substituição de João António Fernandes Poleri), Ana Zita Lopes, Gonçalo Ferreira de Castro, Jerónimo Joaquim Ferreira, Francisco Agostinho Carvalho Guimarães. B) Eleitos pela coligação PSD/CDS/PP: Francisco Manuel Monteiro e Pacheco Ribeiro, Flávio Miguel de Freitas Machado, Maria Cidália Andrade Lopes Cunha, Júlio Gomes da Costa, José Joaquim Pereira da Costa Abreu, Cecília Maria Vilela Correia (em substituição de Ana Fernanda Rego de Almeida Pinto Varela), Jorge Alexandre Mendes Pedrosa, Carlos Alberto Lopes da Silva Pinheiro (em substituição de António Joaquim Magalhães Cardoso), Sónia Cristina Pereira de Oliveira. D) Na qualidade de cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas na eleição para as Assembleias de Freguesia da área do Município: pela freguesia de Caldas de Vizela S. João, Mário José Oliveira; pela freguesia de Santa Eulália, Joaquim Meireles Pereira Gonçalves; pela freguesia de Vizela Santo Adrião, António Coelho da Costa; pela freguesia de Vizela S. Paio, José Maria Silva Monteiro; pela freguesia de Tagilde, Paula Manuela Ribeiro Faria de Lima. **PELO EXECUTIVO CAMARÁRIO ESTIVERAM PRESENTES:** Presidente da Câmara, Dinis Costa, e vereadores Dora Gaspar, Victor Hugo Salgado, Carlos Faria, Miguel Lopes e António Manuel

ATA N.º26

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013

Pinto Ferreira Pacheco e Maria José Ramos. **FALTOU:** Ana Bárbara Pedrosa, José Armando Ferreira Branco, pela freguesia de Caldas de Vizela S. Miguel, e Francisco Alberto Vilela Correia, pela freguesia de Infias. **SECRETARIOU:** Ana Patrícia Faria da Silva. Verificada a presença dos membros, o senhor Presidente declarou aberta a reunião. 1. - **PERÍODO DA ORDEM DO DIA: PONTO N.º 1.1 DA ORDEM DE TRABALHOS: PROPOSTA DE DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012:** No cumprimento do Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro, conjugado com o disposto na alínea e) do n.º2 do art.º 64º da Lei n.º169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, são presentes, para aprovação, os documentos de Prestação de Contas do ano 2012 da Câmara Municipal de Vizela. Mais se submete a votação a seguinte proposta de alteração: **PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012 – ALTERAÇÃO:** Considerando que: Por deliberação de Câmara, datada de 11 de abril de 2013, foi aprovada a proposta de documentos de prestação de contas 2012; Nos termos do n.º4 do ponto 2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de fevereiro, “os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, após a respetiva aprovação pelo órgão executivo, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo”; No âmbito daquele procedimento de submissão, via informática, dos documentos ao Tribunal de Contas, verificou-se a necessidade de se compatibilizar o modo da prestação da informação constante de determinados mapas, nomeadamente, por inclusão no mapa de Resumo dos Fluxos de Caixa, assim como no mapa dos Fluxos de Caixa dos montantes constantes do mapa de Contas de Ordem, originando, por sua vez alterações no mapa de Operações de Tesouraria. Atento o exposto, nos termos da Lei n.º169/99,

ATA N.º26

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013

de 18 de setembro, submete a Câmara, a apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta de documentos de prestação de contas 2012 com as alterações decorrentes da compatibilização *supra* mencionada. Neste ponto, o deputado Francisco Ribeiro falou sobre a evolução da dívida a terceiros, que aumentou 25%, em relação ao ano de 2011, acrescentando que existem 12 milhões de euros de faturas não pagas há mais de 90 dias, o que significa que Vizela não cumpre os seus compromissos a tempo e horas. O líder da bancada da Coligação "Por Vizela" afirmou que a Autarquia ultrapassou o limite de endividamento líquido em cerca de 5 milhões de euros. Francisco Ribeiro afirmou que a Prestação de Contas evidencia um desvio orçamental de 26 milhões de euros, ou seja, mais do dobro do orçamento realmente realizado. Este deputado disse, ainda, que a Câmara, ao contrário do prometido, não fez um corte real na despesa corrente, concluindo que 'o não rigor continua a ser a política deste Executivo'. Seguiu-se o deputado Miguel Machado que, referindo-se à mensagem do Presidente constante do Documento de Prestação de Contas em análise, disse que 'a falta de meios para concretizar projetos', de que fala o Edil, se deve à 'gestão irresponsável e ilusória' deste Executivo. O deputado criticou, também, a afirmação do Presidente da 'redução de receitas e verbas transferidas pelo Orçamento de Estado', afirmando ser mentira, uma vez que, nos últimos quatro anos, a Autarquia não viu a receita diminuir, sendo que os números desmentem o que é dito pelo Edil. Miguel Machado criticou, ainda, o facto do Edil falar sobre projetos cancelados pelo Governo, como é o caso das habitações sociais e da Escola Secundária, quando, na realidade, também é do PS alguma da responsabilidade do cancelamento desses projetos. O deputado da Coligação criticou o Executivo por gastar dinheiro a pintar estradas, ao invés de o gastar em projetos com valor, como por exemplo, a

ATA N.º26**Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013**

construção das habitações sociais. Miguel Machado também criticou o valor gasto pela Câmara na construção do edifício-sede da Autarquia, valor esse que poderia ser gasto noutras obras mais prementes para o Concelho. Referindo-se à receita corrente prevista no Orçamento de 2012, este deputado disse que, na altura, a Coligação havia alertado que não era possível arrecadar aquela receita, o que agora é confirmado pelos números apresentados na Prestação de Contas, nomeadamente: 10 milhões e 700 mil euros não estão executados; a despesa corrente apresenta um desvio de 7 milhões e 700 mil euros, que é superior ao que a Coligação havia previsto. Miguel Machado acusou o Executivo de 'falta de respeito pelos vizelenses', afirmando que a Coligação irá manifestar a sua indignação até ao final do mandato. A finalizar, este deputado colocou quatro questões: a primeira sobre a pág.137, onde se afirma que 'os proveitos diferidos reduzem o passivo de igual monta'; a segunda, se existe ou não poupança corrente; a terceira, se existe o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental; e a quarta, qual o volume de despesa faturada em 2012 e, dessa, quanto é que foi pago, afirmando que 'a Câmara fatura muito mais do que aquilo que arrecada'. A seguir, interveio a deputada Monique Rodrigues, que começou por afirmar que a capacidade da Autarquia executar novos projetos tem vindo a diminuir, uma vez que têm também vindo a diminuir as receitas, aliado ao cancelamento de alguns projetos, como as habitações e a requalificação da Escola Secundária, questionando o que pensa a Coligação "Por Vizela" sobre este cancelamento e o que fez para tentar inverter esta situação. A deputada do PS destacou a aposta que a Câmara tem feito nas políticas sociais, fruto da situação nacional e destacou, ainda, a Marginal Ribeirinha como um dos melhores investimentos levados a cabo por este Executivo. Monique Rodrigues realçou o empenho da Autarquia na reabertura das Termas de Vizela, uma vez

ATA N.º26

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013

que foi um processo cheio de dificuldades, mas que o Executivo soube resolver. Esta deputada salientou, ainda, outras obras deste Executivo, a saber: conclusão do PDM, regeneração urbana, conclusão do edifício-sede, requalificação do parque escolar. Depois, o deputado Miguel Machado criticou a intervenção da deputada Monique Rodrigues, uma vez que a mesma versou sobre tudo, menos sobre a Prestação de Contas, que é a proposta em discussão. Disse-lhe que, se a Coligação estivesse no Executivo, as habitações sociais já estariam feitas e que não fariam o investimento no edifício-sede, mas antes noutras obras mais prementes para o Município. Referindo-se às palavras da deputada do PS ao destacar o investimento deste Executivo no parque escolar, Miguel Machado afirmou que cerca de 90% desse investimento não foi da Autarquia, mas sim fruto de candidaturas. Em relação aos investimentos cancelados no Concelho, o deputado da Coligação disse que 'o Governo não disponibilizou a verba porque não há verba para disponibilizar'. Seguiu-se o deputado Francisco Ribeiro, que perguntou ao Executivo porque é que o PS local não exerceu a sua influência para a concretização das obras agora canceladas, quando o PS estava no Governo, sendo que agora as mesmas já estariam concluídas. Em resposta, o Edil disse que o PS local não tem que exercer quaisquer influências, pois quem tem que exigir as verbas ao Governo é o Executivo da Autarquia. Depois, em resposta às questões colocadas, o Vereador Victor Hugo Salgado começou por afirmar que as contas da Câmara serão o 'cavalo de batalha' que a Coligação irá utilizar para a campanha eleitoral. Mais, disse estranhar que a Coligação manifeste ser contra o edifício-sede da Autarquia, quando a mesma Coligação votou favoravelmente essa proposta em reunião de Câmara. Referindo-se ao passivo e à dívida da Autarquia, o Vereador afirmou que as garantias e cauções, assim como os proveitos diferidos, não são dívida.

ATA N.º26

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013

Em resposta à afirmação do deputado Miguel Machado, de que as receitas da Autarquia aumentaram, o Vereador explicou que, relativamente ao ano de 2011, as Receitas Próprias sofreram uma variação positiva de 182.166,16€, fruto de ativação da caução da INMETRO, relativa à obra do edifício-sede e das contrapartidas da Vimágua pela utilização dos bens do Município. Mais, acrescentou que nas Receitas Alheias, a Câmara teve um decréscimo de cerca de 1,6 milhões de euros, em relação ao ano anterior, sendo que esta receita tem vindo a diminuir cerca de €250.000,00 por ano. Referindo-se à execução orçamental, Victor Hugo Salgado explicou que o desvio orçamental se deve a dois fatores: o primeiro, a um conjunto de obras que não foram executadas em 2012, como a requalificação da EB 2,3 de Vizela e as habitações sociais; o segundo, ao empolamento das receitas, facto que está já ultrapassado com a aprovação do Orçamento de 2013, que marca um ponto de viragem, com a reestruturação da dívida, a redução de custos e a aproximação das regras previsionais. Em resposta ao Vereador Victor Hugo Salgado, o deputado Miguel Machado disse que a Coligação tem que falar sobre as contas da Autarquia, uma vez que se trata de um tema essencial para o Concelho. Depois, disse que as receitas do IMI irão aumentar em cerca de 1,5 milhões de euros. Miguel Machado disse que a Prestação de Contas não cumpre o princípio do equilíbrio orçamental, voltando a questionar o Vereador Victor Hugo Salgado sobre a poupança corrente. O Vereador Victor Hugo Salgado disse que a Câmara tem tentando cumprir o princípio do equilíbrio orçamental, acrescentando que, em relação à poupança corrente, este valor advém da execução da despesa, a qual não foi realizada da forma prevista. **Posta a votação, foi a proposta aprovada com quinze votos a favor do PS e dez votos contra da Coligação “Por Vizela”.** **2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** No período de intervenção do público,

